



2ª Vara Cível da Comarca de Mirandópolis – SP

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO DE BEM MÓVEL e de intimação do executado **JONATHAN IND E COM DE PRODUTOS ALIMENT.** A **Dra. Iris Daiani Paganini dos Santos**. MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Mirandópolis- SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem móvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da Execução Fiscal que a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** move em face do referido executado – **Processo nº 1500689-08.2019.8.26.0356** - e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DO LEILÕES: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.LanceJudicial.com.br, o **1º Leilão** terá início no dia **25/10/2022 às 00h**, e terá **encerramento no dia 28/10/2022 às 17h e 25min**; não havendo lance superior ou igual ao valor da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, ao **2º Leilão**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **23/11/2022 às 17h e 25min (ambas no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que igual ou acima de **60% do valor de avaliação atualizada**.

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O Leilão será conduzido pelo leiloeiro **Gilberto Fortes do Amaral Filho**, JUCESP Nº 550, leiloeiro pelo Sistema **LANCE JUDICIAL** - www.lancejudicial.com.br, devidamente habilitado pelo TJ/SP.

DO LOCAL DO BEM: Rua Bahia, nº 956, Centro, Mirandópolis/SP. Foi nomeado como fiel depositário a representante legal do executado a Sra. Manoela Elina Solano.

DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pelas regras contidas no **artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional** (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único. **No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço**).

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LANCE JUDICIAL, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e do Gestor, ambas emitidas e enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial.

DO PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro, cujo endereço segue: contato@lancejudicial.com.br: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterà, em qualquer hipótese, **oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses**, garantido por caução idônea quando se



tratar de bem móvel, ou por hipoteca do próprio bem imóvel quando se tratar de bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15).

COPROPRIETÁRIOS: Na existência de mais proprietário(s) do(s) bem(ns) penhorado(s), as regras para a venda judicial serão regidas pelo Código de Processo Civil, nos exatos termos do artigo 843 e seguintes.

DA RETIRADA: Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à remoção, transporte e transferência patrimonial do bem arrematado. Para retirar o bem arrematado, o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo “Mandado de Entrega do Bem”. As demais condições obedecerão ao que dispõe o Código de Processo Civil, o Provimento CSM nº 1.625, de 09 de fevereiro de 2.009, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o *caput* do artigo 335, do Código Penal.

SUSTAÇÃO POR REMIÇÃO DA EXECUÇÃO/ACORDO: Se o(s) executado(s), após a apresentação do edital em epígrafe, pagar a dívida ou realizar acordo antes de alienado(s) o(s) bem(ns), ficará(ão) obrigado(s) a arcar com o ressarcimento das despesas de remoção, guarda e conservação dos bens, devidamente documentadas nos autos, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, sem prejuízo da demais despesas pelo trabalho da Gestora/Leiloeiro devidamente comprovada, incluindo ainda, honorários devidos a Gestora/Leiloeiro, se assim entender o M.M. Juízo Comitente para tal fixação. O ressarcimento será devido somente pelo executado, com possibilidade de penhora do mesmo bem levando a praça caso não sejam recolhidos os valores, contudo, se assim determinar o M.M. Juízo Comitente, salvo se na r. decisão de nomeação do(s) leiloeiro(s) / Sistema Lance Judicial constar determinação diversa.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo juiz a arrematação, sendo dispensados demais assinaturas, será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art. 903, CPC/15).

RELAÇÃO DO BEM:

A) Um veículo VW/9 160 DRC 4x2, ano de fabricação/modelo 2012/2013, diesel, cor branca, placas EYS-3357, com baú refrigerado, aparentemente em bom estado de conservação.

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Veículo modelo VW/9 160 DRC 4x2, 2012/2013, diesel.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 181.676,34 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos) em jun/22.

ÔNUS: Restrição transferência. Proc. 1002136-93.2016.8.26.0356; Restrição transferência. Proc. 1500018-87.2016.8.26.0356; Restrição transferência. Proc. 5001780-13.2019.4036107; Restrição transferência. Proc. 0010779-86.2018.8.26.0356.



B) Direitos de Um veículo VW/9 150 E CUMMINS, ano de fabricação/modelo 2009, diesel, cor branca, placas CWQ-1723, com baú refrigerado, aparentemente em bom estado de conservação.

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Direitos do Veículo modelo VW/9 150 E COMMINS, ano 2009, diesel.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 137.633,59 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos) em jun/22.

ÔNUS: Consta Alienação Fiduciária (conf.fls.66). Restrição transferência. Proc. 1002136-93.2016.8.26.0356; Restrição transferência. Proc. 1500018-87.2016.8.26.0356; Restrição transferência. Proc. 15000058820168260356; Restrição transferência. Proc. 50017649320184036107; Restrição transferência. Proc. 50017801320194036107; Restrição transferência. Proc. 0010779-86.2018.8.26.0356; Restrição transferência. Proc. 00021167320174036107; Restrição transferência. Proc. 0010779-86.2016.8.26.0356.

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO DOS BENS: R\$ R\$ 319.309,93 (trezentos e dezenove mil, trezentos e nove reais e noventa e três centavos) em jun/22 - atualizado conforme a Tabela Prática Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

Nos termos do **Art. 889, § único, do CPC**, caso o(s) executado(s), cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado no átrio fórum no local de costume. Mirandópolis, 12 de agosto de 2022.

Dra. Iris Daiani Paganini dos Santos

MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Mirandópolis - SP.

